

## SUSTENTABILIDADE, AMBIENTE E SOCIEDADE

### 1º ENCONTRO DO PPGSGA

#### A PERMANÊNCIA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS: A POPULAÇÃO CAIÇARA NO NÚCLEO MARUJÁ DO PARQUE ESTADUAL ILHA DO CARDOSO E SEU ENVOLVIMENTO COM A CONSERVAÇÃO

Patricia CAVALIERI- discende – Ufscar – Sorocaba\*

Eliana CARDOSO-LEITE - docente PPSGA - Ufscar - Sorocaba

\*email: [patri.cavaliere@gmail.com](mailto:patri.cavaliere@gmail.com)

Introdução: A lei que sistematiza as unidades de conservação no Brasil é a nº 9.985/2000 - O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Dentre as categorias estabelecidas está a categoria Parque, que tem como principal objetivo o turismo conciliado à conservação da natureza. Nas Unidades de Conservação dessa categoria, não é permitida a presença de população residente, que deve ser indenizada e realocada pelo poder público. Com a criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso em 1962, as 6 populações caiçaras residentes, que viviam da pesca e agricultura, passaram a viver de pesca e turismo.

Objetivo: Este trabalho tem como objetivo verificar se a comunidade tradicional caiçara do Núcleo Marujá dificulta ou facilita a conservação no local onde residem.

Materiais e Métodos: Os procedimentos metodológicos utilizados foram: análise do plano de manejo, entrevistas com o gestor da unidade e população, análise das atas de reunião do conselho consultivo, análise da organização da comunidade e observação participante do autor.

Resultados: Os seis procedimentos metodológicos utilizados resultaram no mesmo, o que comprova a veracidade dos resultados. O Plano de Manejo prevê a presença de populações tradicionais. As entrevistas realizadas com o gestor e população mostraram uma mudança de hábitos: da pesca e agricultura, a população passou a viver de pesca (com restrições) e turismo. O gestor e a população acreditam que a presença da população facilita a conservação e ambos afirmam possuírem um bom relacionamento. A organização da comunidade mostra uma internalização das regras para a permanência. Foi observado na comunidade o cumprimento dos acordos realizados para sua permanência na área e a autofiscalização dos moradores.

Conclusão: Pode-se concluir que a população residente facilita a conservação do local. O bom diálogo entre a gestão do parque e a população torna possível a residência da população do Marujá no PEIC sem que o objetivo do Parque seja prejudicado.